X Encontro Nacional de Economia Política

DO ISEB E DA CEPAL À TEORIA DA DEPENDENDÊNCIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Área Temática: Metodologia e História do Pensamento Econômico

Sub-Área: História do Pensamento Econômico

Abstract. In the 1950s, two groups organized around the ECLAC (CEPAL), in Santiago do Chile, and the ISEB, in Rio de Janeiro, thought in innovative terms the Latin American and Brazilian societies and economies. CEPAL principally criticized the law of comparative advantages and the imperialist views behind; ISEB mostly designed the national-developmentalist ideology for economic growth. The idea of a national bourgeoisy was key in both approaches. The Cuban revolution, the economic crisis of the 1960s, and the military coups in the South Cone, however, opened room for a critique to these ideas by the dependency theory. By rejecting the possibility of a national bourgeoisie, the dependency theory that had been developed from such critique also rejected the possibility of continuing the national revolution which was essential to economic growth.

Luiz Carlos Bresser-Pereira ensina economia e ciência política na Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
www.bresserpereira.org.br lcbresser@uol.com.br

X Encontro Nacional de Economia Política

DO ISEB E DA CEPAL À TEORIA DA DEPENDENDÊNCIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Paper submetido ao X Encontro Nacional de Economia, da Sociedade de Economia Política. Campinas, 14-27 maio 2005.

Nos anos 50, os intelectuais do ISEB, refletindo o processo de revolução industrial e nacional que estava em curso desde 1930, conceberam a interpretação nacional-burguesa ou nacional-desenvolvimentista do Brasil e da América Latina. Ao mesmo tempo, os intelectuais da CEPAL desenharam a crítica da lei das vantagens comparativas, dando fundamentação econômica à política de industrialização com participação ativa do Estado, além de haverem formulado a teoria estruturalista da inflação.[1] Os dois grupos de produtores de idéias viviam em um contexto social e político que, desde a Grande Depressão dos anos 30, descria do liberalismo, fazia a crítica ideológica do mesmo apontando-o como instrumento dos países mais desenvolvidos, particularmente da Inglaterra e dos Estados Unidos, e apostava em um protagonismo mais acentuado do Estado nacional na busca do desenvolvimento econômico. Dessa forma, atribuíam o subdesenvolvimento da região não apenas ao atraso decorrente da colonização mercantil da América Latina, mas também aos interesses do centro imperial em manter os países em desenvolvimento produzindo bens primários, e entendiam que o desenvolvimento deveria ser fruto de uma estratégia nacional definida com a participação das burguesias nacionais e dos técnicos do Estado. Suas teorias deram apoio teórico para o grande processo de desenvolvimento que caracterizou a América Latina entre 1930 e 1980. Nos anos 60 e início dos 70, porém, uma série de golpes militares nos países do Cone Sul levou os intelectuais latino-americanos de esquerda a afirmar a impossibilidade da existência de uma burguesia nacional, e a desenvolver uma

[1] Por esse motivo, os economistas da CEPAL são com freqüência chamados de estruturalistas. Essencialmente, porém, foram desenvolvimentistas, como os do ISEB.

teoria da dependência associada, consistente com esse pressuposto, que enfraqueceu o conceito de nação na América Latina.

Para compreendermos os embates das idéias que irão se travar na América Latina durante o século vinte, no seio dos intelectuais de esquerda ou progressistas, é preciso considerar duas grandes oposições ideológicas que marcaram o mundo desde o século dezenove: de um lado, ordem *versus* justiça social, e de outro, nação *versus* Cosmópolis. No caso da primeira oposição, a prioridade conservadora ou de direita será a da ordem, do primado da lei independentemente de ser justa ou injusta, enquanto os progressistas ou de esquerda estarão dispostos a arriscar a ordem, primeiro historicamente, em nome da liberdade (são os liberais políticos e os democratas) e, mais tarde, em nome da justiça social (são os socialistas ou de esquerda). No caso da segunda oposição, os nacionalistas defenderão a idéia de nação como uma grande associação de pessoas em torno de valores e destino comuns, e a correspondência dessa nação com o Estado para a formação do moderno Estado-nação – a condição histórica fundamental do desenvolvimento econômico. Já os cosmopolitas negam a legitimidade da idéia de nação e de Estado-nação, ou buscam reduzir sua importância.

Conforme veremos neste *paper* sobre história intelectual, o conflito entre as duas oposições ideológicas básicas (ordem e justiça, nação e Cosmópolis) dominou o pensamento brasileiro e latino-americano. Para quem está preocupado essencialmente com a justiça social é difícil defender a idéia de desenvolvimento, porque este implica em um acordo de classes que acaba, de alguma forma, legitimando o capitalismo. Da mesma forma, para defender o desenvolvimento é difícil ser radicalmente socialista, porque não há desenvolvimento sem uma estratégia nacional de desenvolvimento, e uma estratégia desse tipo envolve sempre um certo acordo de classes. Na América Latina, especialmente, onde a injustiça social é tão profunda, esta dificuldade é central.

Neste trabalho, vou examinar estas questões a partir das idéias nacionalistas e desenvolvimentistas que o ISEB e a CEPAL elaboraram nos anos 50, e vou contrapô-las às idéias da teoria da dependência, principalmente na sua versão da dependência associada.[2] Na primeira seção, vou descrever os três grupos de intelectuais que nos interessam neste trabalho: os do ISEB, os da CEPAL, e os da escola de sociologia de São Paulo, que serviu de base para a teoria da dependência associada. Na segunda vou examinar a idéia do nacional-desenvolvimentismo, e, mais especificamente, o conceito de

desenvolvimento do ISEB e da CEPAL como, de um lado, revolução capitalista e revolução nacional, e, de outro, como superação da dualidade. Na terceira e na quarta seção, discutirei o conceito de nacionalismo e a questão da burguesia nacional, e farei uma referência aos fatos históricos novos que tornaram parcialmente superada a visão isebiana e cepalina. Na quinta, voltar-me-ei para a teoria da dependência, e examinarei suas três versões: a teoria da super-exploração capitalista, a da dependência associada, e a nacional-dependente, com a qual me associo porque é, no fundo, a continuação e a crítica interna à teoria nacional-desenvolvimentista.

Instituições de intelectuais públicos

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi um grupo de intelectuais de várias origens e especialidades que, durante os anos 50 no Rio de Janeiro, desenvolveu uma visão coerente e abrangente do Brasil, e do seu processo de industrialização e desenvolvimento. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas) irá se tornar, a partir de 1949, a origem do pensamento econômico estruturalista latino-americano. Não faço aqui uma resenha do pensamento da CEPAL ou do ISEB, mas dou-lhes uma interpretação pessoal, particularmente do ISEB. As perspectivas abrangentes das duas instituições são contemporâneas, conhecendo seu auge nos anos 50, e são coerentes entre si. Na década seguinte, porém, depois da crise dos anos 60, dos golpes militares, e da retomada do desenvolvimento a partir do final dessa década, a visão nacional-desenvolvimentista da CEPAL e principalmente do ISEB será criticada de forma cerrada pelos sociólogos brasileiros que se reúnem na Universidade de São Paulo, originalmente sob a liderança de Florestan Fernandes. É a escola de sociologia de São Paulo que está surgindo. Tanto o ISEB como a CEPAL e a escola de sociologia de São Paulo foram instituições de intelectuais públicos, embora a última pretendesse ser antes uma instituição puramente acadêmica, mas, entre elas, era o ISEB a que mais se enquadrava nessa categoria.[3]

Os principais intelectuais do ISEB foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Hélio

---

[2] Este trabalho está baseado em "O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Rediscutido" (Bresser-Pereira, 2004). Além de diversas modificações e cortes, foi acrescentada aqui a análise da teoria da dependência.

[3] Estou usando a expressão 'intelectuais públicos' nos termos adotados por Russell Jacoby, 1987.

Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida. Suas idéias, de caráter antes político do que econômico,[4] completavam-se, no plano econômico, com o pensamento estruturalista da CEPAL. As idéias desse organismo das Nações Unidas tiveram uma repercussão muito maior do que as do ISEB e foram alvo de uma crítica muito mais suave do que aquela que enfrentou o grupo de intelectuais brasileiros. A CEPAL contará com dois gigantes do pensamento econômico do século vinte: seu segundo diretor executivo e principal dirigente será Raul Prebisch, logo a ele se associando Celso Furtado. Outros economistas significativos da CEPAL foram Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares.[5] Esses autores partem de um pressuposto semelhante ao do ISEB: o desenvolvimento devia ser o produto de uma estratégia nacional de industrialização. Para legitimá-lo, porém, era necessário fazer a crítica da lei das vantagens comparativas, demonstrando que, ao contrário do que pressupunha essa lei ou a teoria econômica ortodoxa, sua aplicação não permitia que os ganhos de produtividades que ocorriam com a industrialização nos países centrais se transformassem em baixa dos preços, beneficiando os países em desenvolvimento. Nos países industriais o valor adicionado já é maior porque a indústria exige um trabalho mais qualificado do que o da produção agrícola e mineradora. Somava-se a isto, o fato de que, ao contrário do que previa a teoria do comércio internacional, os aumentos de salários nos países centrais não resultavam apenas em baixa de preços, mas em aumento de salários proporcionais aos aumentos de produtividade, devido à boa organização dos trabalhadores, enquanto o mesmo não acontecia nos países em desenvolvimento com os ganhos de produtividade. Daí resultava a tese de que havia uma tendência secular à deterioração dos termos de intercâmbio. Os dois grupos filiavam-se à 'teoria do imperialismo' – ou seja, à teoria que explica o subdesenvolvimento principalmente como resultado da ação imperialista das grandes potências, que busca manter os países da periferia exportadores de produtos agrícolas e matérias primas.

O ISEB dominou a cena intelectual brasileira nos anos 50. Com uma defasagem de cerca de dez anos, formou-se, dentro do Departamento de Ciências Sociais da USP, a escola de sociologia de São Paulo, sob a liderança inicial de Florestan Fernandes, e, depois, também de Fernando Henrique Cardoso. Essa escola, que logo adotará uma postura de crítica acadêmica e política ao ISEB, teve um papel muito diferente na interpretação do desenvolvimento brasileiro e latino-americano. Embora os sociólogos que se reúnem em torno do Departamento de Ciências Sociais da USP não adotem

---

[4] Embora contassem com um notável economista, Ignácio Rangel.

[5] O trabalho de Prebisch (1949) corresponde à introdução ao *Estudio Económico de América Latina*, de 1949. Como artigo foi publicado originalmente no Brasil, em português, na *Revista Brasileira de Economia*, por iniciativa de Celso Furtado.

originalmente uma posição socialista, mostrando-se mais preocupados em estudar a teoria sociológica internacional, e em transpor para o Brasil métodos de pesquisa científicos na área das ciências sociais, a partir do início dos anos 60, com a radicalização política que ocorre na América Latina, serão portadores de pensamento essencialmente de esquerda e, até o fim dos anos 70, crescentemente marxista. Sua preocupação principal será com a marginalidade social, a distribuição de renda, e a análise dos gêneros e das classes sociais. Ao contrário do que ocorre com o ISEB, a questão nacional não é central para a escola de sociologia de São Paulo. Enquanto a interpretação do ISEB, como a da CEPAL, corresponde à interpretação nacional-burguesa do Brasil, e sua visão do desenvolvimento está intrinsecamente ligada à idéia da revolução nacional, a escola de São Paulo estará muito mais ligada a uma das três versões da teoria da dependência: a versão da dependência associada.[6] Enquanto os intelectuais do ISEB vêem no pacto populista de Getúlio Vargas um modelo para a revolução capitalista e nacional de países periféricos, e vêem o populismo político como uma primeira expressão do povo e, portanto, da democracia, a escola de sociologia de São Paulo dará ao populismo de Vargas uma conotação negativa. Enquanto o grupo do ISEB, embora dotado de ampla formação teórica, estivesse antes situado no aparelho do Estado do que na universidade, e não se mostrasse preocupado com a pesquisa empírica, sendo antes um grupo de intelectuais públicos universalistas, os sociólogos de São Paulo eram um produto por excelência da universidade, e reivindicam para o si o caráter puramente acadêmico ou científico.[7] Enquanto, de acordo com Norma Côrtes (2003: 27-31), o ISEB era um grupo nacionalista e historicista, que tinha uma visão dualista da história, que pressupunha a possibilidade das alianças de classe, e estava preocupado com o desenvolvimento nacional obstado pelo imperialismo, a escola paulista adotou uma perspectiva cosmopolita, anti-dualista, enfatizou o conflito das classes – ou seja, a dicotomia esquerda-direita, e rejeitando a possibilidade de acordos nacionais, e não se interessando em criticar as relações imperiais existentes entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos. Esta análise sumária não significa, porém, que a escola de sociologia de São Paulo tenha se constituído em um grupo compacto. Pelo contrário, houve muito pensamento independente, e

---

[6] Em um trabalho anterior (Bresser-Pereira, 1982) eu distingui a interpretação funcional capitalista da teoria da 'nova dependência', que nomearia tanto a interpretação de Fernando Henrique Cardoso como a minha, na medida em que ambas mostravam os que as empresas multinacionais podiam contribuir para a industrialização, mas causavam distorções no plano da distribuição de renda e da política autoritária. Hoje, mais consciente da negação por Cardoso da possibilidade de uma burguesia nacional – coisa com a qual nunca concordei –, parece-me mais adequado distinguir a minha posição da dele. Na verdade, a posição de Cardoso era a mesma da interpretação funcional capitalista, ligada à escola de sociologia de São Paulo, enquanto a minha manteve sua vinculação com a visão original do ISEB e da CEPAL, como se poderá ver neste trabalho.

conflitos teóricos de todo o tipo. O alvo inicial da crítica da sociologia paulista foi Gilberto Freyre.[8] O segundo alvo será o ISEB e começará com um famoso debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. O primeiro trabalho amplo do grupo paulista, que esboça uma visão do Brasil e compete diretamente com as idéias do grupo do Rio de Janeiro, será o livro de Fernando Henrique Cardoso (1964) sobre os empresários e o desenvolvimento econômico.[9]

Desenvolvimento como revolução capitalista e nacional

O ISEB e a CEPAL eram críticos do liberalismo econômico, que na Europa e nos Estados Unidos só se tornou dominante depois que o nacionalismo permitiu que construíssem seus Estados nacionais. Para seus intelectuais, o desenvolvimento dos países então subdesenvolvidos só seria possível se fosse fruto de planejamento e de estratégia, tendo como agente principal o Estado. Dada a existência do imperialismo, seria impossível a esses países se desenvolverem sem que sua revolução capitalista se completasse pela revolução nacional, que leva à formação do Estado nacional. Nesse contexto teórico, o desenvolvimento é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico através do qual os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada, mas é também o processo através do qual o país realiza sua revolução capitalista e nacional. Como para Marx, era um processo integrado de desenvolvimento econômico, social e político. Como para Schumpeter, tinha como agentes os empresários, e não significava simplesmente aumento da renda *per capita*, mas transformações estruturais da economia e da sociedade. Mas todo esse processo só fazia sentido no quadro da revolução capitalista ou burguesa, que dava origem a uma classe orientada para a acumulação de capital e para inovação, e da formação de um Estado-nação moderno que tinha dois

---

[7] A preocupação das pesquisas empíricas iniciais será com a discriminação racial, inaugurada com os trabalhos pioneiros de Fernando Henrique Cardoso (1962) e de Florestan Fernandes (1965).

[8] Ver, sobre essa crítica, além da ampla produção paulista, o ensaio de Joaquim Falcão, "A Luta pelo Trono: Gilberto Freyre *versus* a USP" (2001).

[9] Fernando Henrique Cardoso faz a crítica inicial das idéias do ISEB (1964: 81-82). Esta crítica é radicalizada mais tarde por dois representantes da escola de São Paulo, Caio Navarro de Toledo, *ISEB, Fábrica de Ideologias* (1974) e Maria Sylvia de Carvalho Franco, "O Tempo das Ilusões" (1978), enquanto Francisco de Oliveira, "Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista" (1972) criticava principalmente o estruturalismo de Celso Furtado. Alzira Alves Abreu (1975) precisou de muita independência intelectual para defender em Paris uma competente tese sobre o ISEB. Segundo seu depoimento, o tema era visto pelos seus amigos paulistas como impróprio, a não ser que o objetivo fosse criticar radicalmente o pensamento do grupo. Extinto e perseguido pelos militares por ser de esquerda, o ISEB foi, assim, vítima de uma crítica equivocada e ressentida originada na própria esquerda.

papéis: de um lado, constituía-se no mercado interno seguro necessário à industrialização,[10] e, de outro, coordenava a estratégia nacional de desenvolvimento, usando do seu aparelho de Estado e de suas instituições.[11]

A idéia de revolução capitalista dividida em duas etapas – revolução comercial e revolução industrial – estava na base do pensamento do ISEB. É com a passagem do capitalismo mercantil para o industrial que as duas características essenciais do desenvolvimento econômico – a acumulação capitalista e a incorporação sistemática de progresso técnico – se materializam, provocando o crescimento sustentado da renda por habitante, e a melhoria dos padrões de vida da população. Entretanto, da análise do ISEB e da CEPAL, e da história da Europa, é possível depreender que, para que essa transição se complete, é essencial que, entre a revolução capitalista e a industrial, uma terceira revolução ocorra – a revolução nacional que dá origem ao Estado-nação moderno, ou seja, que estabelece o mercado interno necessário ao investimento industrial e cria o instrumento de ação coletiva para que uma estratégia de desenvolvimento possa ser concebida e executada.

No caso dos países subdesenvolvidos que estavam em pleno processo de revolução capitalista e nacional nos anos 50, o ISEB e a CEPAL salientavam, em primeiro lugar, que, a partir da aceleração do desenvolvimento industrial nos anos 30, a sociedade latino-americana deixava de ter uma organização bipolar simples, baseada em uma oligarquia dominante e uma massa rural, e passava por um processo de diferenciação que dava origem a classes médias burguesas e burocráticas modernas, cabendo a elas um papel chave na liderança do desenvolvimento. Oswaldo Sunkel, um dos representantes mais expressivos do pensamento cepalino, afirmava a respeito, em 1967, que dessa diferenciação surgiam então possibilidades de alianças desses grupos com setores populares para promover o desenvolvimento econômico: e acentuava: "o nacionalismo e a organização e participação populares seriam os pilares ideológicos de tais alianças". Entretanto, observava, as relações de dependência e de alienação dessas classes médias, preocupadas em reproduzir os padrões de consumo do centro, que revelam o caráter contraditório das mesmas e sua dificuldade em levar a cabo um desenvolvimento

---

[10] A burguesia foi capaz de realizar a revolução comercial contando essencialmente com o comércio de longa distância, externo, mas para empreender a revolução industrial necessitava de um mercado interno seguro.

[11] Os governos de cada Estado usarão dois tipos básicos de instituição para promover o desenvolvimento: leis relativamente permanentes, a começar pela garantia da propriedade, e políticas públicas provisórias, refletindo a estratégia de cada momento histórico.

econômico nacional.[12] Em segundo lugar, os intelectuais dos dois grupos verificavam que o Estado, através de seus políticos e técnicos, estava desempenhando um papel estratégico no desenvolvimento e viam esse fato de forma positiva. O Estado devia, principalmente, proteger a indústria nacional infante contra a concorrência estrangeira, reservando seu mercado interno para essa indústria – daí a tese que o desenvolvimento deve ocorrer pela substituição de importações. Mais amplamente, para a CEPAL, o Estado deve liderar a sociedade na superação das "três tendências consideradas inerentes à industrialização periférica: o desemprego estrutural, o desequilíbrio externo e a deterioração dos termos de intercâmbio".[13] O desenvolvimento é, portanto, planejamento, mas é também estratégia. O Estado não pode limitar-se a estabelecer as condições institucionais para que os empresários invistam. Deve, também, criar as condições econômicas necessárias. Para o ISEB principalmente, o desenvolvimento econômico envolve sempre revolução nacional – ou, como dizia Celso Furtado, 'a transferência dos centros de decisão para dentro do país'. E, mais amplamente, envolve revolução capitalista. É a partir daí que se viabiliza a associação entre o empresário industrial, que é o agente por excelência do desenvolvimento, e os políticos e técnicos do governo, a quem cabe a coordenação do processo.

Nacionalismo

Para que o desenvolvimento possa ser pensado em termos estratégicos, portanto, é necessário que a revolução capitalista seja também uma revolução nacional. Com o surgimento do Estado, a sociedade passa a dispor do instrumento necessário para promover seu desenvolvimento econômico. Tanto na revolução capitalista quanto na revolução nacional o poder político se concentra principalmente nos empresários e nos burocratas estatais, e nos políticos que os representam, ficando para os trabalhadores assalariados um papel secundário, embora crescente na medida em que a democracia avança. Entretanto, enquanto na revolução capitalista é o conflito que marca a relação capital-trabalho, na revolução nacional o fenômeno marcante é a associação em torno de um projeto de nação dos empresários, detentores do capital e da capacidade de inovação, da tecnoburocracia pública e privada,

---

[12] Sunkel, (1969[1967]: 251). Este ensaio aparece em um livro, Andrés Bianchi et al. (1969), que reúne ensaios dos principais economistas da CEPAL. Recentemente Ricardo Bielschowsky, org. (2000) organizou um livro mais amplo com o mesmo objetivo.

[13] Octavio Rodrigues (1981): 20. Em trabalho recente, o analista do pensamento cepalino assinala que na América Latina houve três modelos de industrialização: a industrialização liberal, a nacional-populista, e a estatal-desenvolvimentista, que teriam como exemplos, respectivamente, a Argentina, o Brasil, e o México, e mostra que na segunda e na terceira o papel de uma burguesia industrial foi chave

detentora de conhecimento técnico e organizacional, e dos trabalhadores. A partir desta perspectiva dialética ao mesmo tempo histórica e normativa, e dando ênfase à associação entre a burguesia e os técnicos do Estado, o pensamento do ISEB é essencialmente nacionalista. Neste contexto, o nacionalismo de países em desenvolvimento que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, pensam em reduzir seu atraso em relação aos países ricos, não significa rejeição do estrangeiro, nem mesmo correspondência da nação com o Estado-nação, [14] mas a ideologia da formação do Estado-nação, essencial ao desenvolvimento nacional. Nos países em desenvolvimento, os nacionalistas, entre os quais o ISEB foram, provavelmente, o grupo intelectual mais significativo na América Latina, além de afirmarem a necessidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento, adotam, em termos gerais, a teoria do imperialismo. Ou seja, atribuem o subdesenvolvimento não apenas a fatores internos, mas também à exploração dos países desenvolvidos e à sua estratégia de, através de conselhos e pressões, praticar o que Friederich List, ainda na primeira metade do século dezenove, identificou como o ato de 'chutar a escada'.[15] Apenas os mais radicais afirmam que não é possível haver desenvolvimento para todos, e que o desenvolvimento do centro se fez principalmente às custas da exploração da periferia, mas todos concordam que os interesses dos países mais ricos não podem ser identificados com os dos países economicamente atrasados, principalmente com aqueles dos países de desenvolvimento médio que ameaçam os países ricos com sua mão-de-obra barata.

O ISEB, e mais ainda a CEPAL, adotavam posições nacionalistas moderadas. Não se pretendia que o Brasil ou os países latino-americanos fossem mais nacionalistas do que haviam sido os países desenvolvidos. Diferentemente, porém, dos primeiros países ricos, que, depois da independência americana, não tiveram que enfrentar o problema da dominação formal ou informal estrangeira, desenvolveram teorias que tinham como pressuposto o imperialismo. A oposição "centro-periferia" desenvolvida por Raul Prebisch não é outra coisa senão um eufemismo para indicar a relação imperialista. A teoria da troca desigual é a explicação economicamente precisa de como os países ricos conservam para si os ganhos de produtividade, como garantem que o valor adicionado do trabalho em seus países não se reparta com os consumidores dos produtos industriais nos países em

---

(Rodrigues, 2004: 178-182) A CEPAL foi uma das fontes inspiradoras do segundo e do terceiro modelo, que neste trabalho eu estou definindo como o modelo nacional-desenvolvimentista.

[14] Ernest Gellner (1983), pensando principalmente no nacionalismo europeu, definiu nacionalismo como a sendo a ideologia visando essa correspondência.

[15] Friedrich List (1999[1846]). Ha-Joon Chang escreveu um livro notável dando evidências modernas dessa tese com o livro *Chutando a Escada* (2002).

desenvolvimento, como a teoria do comércio internacional pressupõe. Tanto o ISEB quanto a CEPAL eram moderadamente de esquerda, porque estavam preocupados com a desigualdade reinante na América Latina, e claramente nacionalistas, porque seu objetivo maior era o desenvolvimento. Para o ISEB, particularmente, estava claro que a formação do Estado nacional se faz, necessariamente, através de uma aliança dialética ou contraditória, mas, sem dúvida, de uma aliança real entre capital e trabalho. Uma aliança ou um espírito de solidariedade que se manifesta na competição com outros Estados nacionais. O nacionalismo do ISEB tinha como modelo o nacionalismo patriótico, bismarquiano, dos grandes países capitalistas desenvolvidos, que só puderam se desenvolver porque formaram Estados-nação capazes de liderar um projeto de desenvolvimento. O ISEB não pedia aos brasileiros ou aos latino-americanos que fossem mais nacionalistas do que os americanos, os franceses ou os ingleses: pediam apenas que fossem igualmente nacionalistas.

Podemos, assim, completar o conceito de desenvolvimento do ISEB e da CEPAL: é o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico, e elevação dos padrões de vida da população de um país, que se inicia com uma revolução capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais. O desenvolvimento é nacional porque se realiza nos quadros de cada Estado nacional, sob a égide de instituições definidas e garantidas pelo Estado. Nesta definição fica clara a importância das instituições.

Burguesia nacional e fatos históricos novos

Na visão do desenvolvimento dos intelectuais do ISEB, a questão da burguesia nacional é central. Nos anos 50, o ISEB identificava a industrialização, que se acelerara desde 1930 com a Revolução Nacional Brasileira, e argumentava que então, sob a égide de Getúlio Vargas, se formara um pacto político nacional-popular unindo burguesia industrial, trabalhadores, técnicos do Estado, e a parte da velha oligarquia (a substituidora de importações, como os criadores de gado do Rio Grande do Sul), que lutava contra o imperialismo e a oligarquia agrário-exportadora. Neste esquema político, necessariamente simplificado, os intelectuais do ISEB atribuíam um papel protagonista para os empresários industriais.[16] Eles sabiam que nem sempre a burguesia brasileira se ajustava ao modelo da

[16] Observe-se que Vargas foi populista apenas do ponto de vista político. Ao contrário do que ocorria com Juan Perón, com quem é freqüentemente comparado, jamais foi um populista econômico,

revolução nacional, mas esse modelo era consistente com os interesses reais dos atores, e observável no plano histórico. A CEPAL acompanhou o ISEB nesse ponto.[17]

Nos anos 50 era razoável falar em uma burguesia nacional. Nos anos 60, porém, o quadro muda. Minha interpretação para a crise política que começa em 1961 e para o golpe militar de 1964 foi de que se tratava de uma subordinação estratégica com os Estados Unidos, e, portanto, provisória, decorrente de uma série de fatos históricos novos que haviam mudado o quadro político. Desde o início dos anos 60, no quadro da derrota das forças nacional-desenvolvimentistas nas eleições presidenciais brasileiras de 1960, e da crise política que se segue, ficou claro para mim que o modelo político pensado pelo ISEB se tornara provisoriamente superado por um conjunto de fatos históricos novos. Esses fatos haviam ocorrido durante os anos 50, e haviam superado o conflito entre indústria e setor agro-exportador, inviabilizado uma aliança entre as esquerdas e os empresários industriais, e levando a classe capitalista a se unir contra a ameaça comunista. A revolução de Cuba, em 1959, no contexto da Guerra Fria, a entrada de capitais multinacionais na indústria que, de fato, só começa a ocorrer a partir do início da década, a consolidação da industrialização durante o governo Juscelino Kubitschek, e o fim da grande transferência de rendas do setor exportador de café para a indústria foram alguns desses fatos.[18]

Muito diferente, porém, foi a análise que fez a escola de sociologia de São Paulo do golpe militar de 1964. Ao invés de reconhecer o caráter contraditório da burguesia em países dependentes, e que a aliança com os Estados Unidos a partir daquele golpe fora provisória ou incompleta, entendeu que o caráter não nacional da burguesia era permanente – mais do que isto, intrínseco. Apoiada na pesquisa de Cardoso sobre a participação política dos empresários, já referida, e na participação dos empresários no golpe militar de 1964, negava a possibilidade de uma burguesia nacional, embora, contraditoriamente, reconhecesse a existência do pacto populista de Vargas.

Depois do golpe militar de 1964, enquanto o grupo de São Paulo exorcismava a interpretação nacional-burguesa do Brasil, que o ISEB e o Partido Comunista haviam compartilhado, culpando-a

---

mantendo sempre equilibradas as finanças do Estado, controlando o gasto público, e o equilíbrio do Estado nacional, evitando o endividamento externo excessivo.

[17] Ver Octavio Rodriguez (1981: 22-23

[18] Fiz a análise dos fatos históricos novos que mudavam estruturalmente a política brasileira, primeiramente, em uma carta a Luiz Antônio de Almeida Eça (Bresser-Pereira, 1960); depois em um *paper* "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira" (Bresser-Pereira, 1963); e em de

pelo próprio golpe, os intelectuais do ISEB haviam sido dispersos.[19] A 'vitória acadêmica' da escola paulista foi completa, não apenas porque seus intelectuais falavam em nome da ciência, mas também porque aproveitaram o natural ressentimento dos intelectuais de esquerda e democráticos com o golpe militar, e porque o modelo político do ISEB (que fora adotado pelo Partido Comunista Brasileiro) foi entendido como uma traição aos trabalhadores e ao ideal socialista.[20] E, com essa vitória, perdura até hoje uma visão enviesada da grande contribuição dos intelectuais do ISEB para a compreensão da realidade brasileira.[21] Já a CEPAL, embora partilhasse da maioria das idéias do ISEB, não foi criticada, inclusive porque sua análise era mais econômica do que política, e, provavelmente, porque não interessava nem aos críticos nem aos criticados incluir a CEPAL no debate.[22] Dessa forma, estabeleceu-se uma espécie de estratégia tácita entre os novos teóricos da dependência e a burocracia da CEPAL de minimizar o conflito e aumentar os acordos. Segundo essa perspectiva, as teses da teoria da dependência não significariam a superação da CEPAL, e sim uma contribuição sociológica ao pensamento sobre a relação centro-periferia, em sintonia com o seu pensamento econômico. Não é essa a forma que vejo o problema. A própria CEPAL foi envolvida pelas novas idéias, e tratou de alguma forma de aderir a elas, mas é preciso reconhecer que, como acontecera com o ISEB, os anos 50 foram os de auge da CEPAL. Nas duas instituições, naquela década, havia uma análise econômica original dos obstáculos que o desenvolvimento brasileiro e latino-americano enfrentavam, um projeto de

---

Desenvolvimento e Crise no Brasil – 1930-1967 (Bresser-Pereira, 1968: capítulo 4). Nas demais edições deste livro, o capítulo não sofreu qualquer alteração.

[19] Caio Prado Jr., muito mais velho, não era parte do grupo, mas trouxe-lhe um inesperado apoio através do ensaio, tão notável quanto equivocado, *A Revolução Brasileira* (1966). Identifiquei a visão de Caio Prado Jr., que foi dominante na escola de sociologia de São Paulo nos anos 60, à 'interpretação funcional-capitalista' (Bresser-Pereira, "Seis Interpretações do Brasil", 1982).

[20] Essa vitória, e a estratégia da escola de sociologia de São Paulo de identificar as idéias do ISEB com as do populismo será celebrada, por exemplo, por uma notável representante da escola de sociologia de São Paulo, Emilia Viotti da Costa (1978: 178), que afirma: "A crise do populismo que culminou com o golpe militar de 1964 colocou os analistas sociais em uma nova direção. O modelo da 'dependência' tomou lugar do modelo 'dualista'".

[21] Norma Côrtes cita a respeito a seguinte frase de Jaguaribe (1979: 102) na qual sou citado: "quase todos os estudos sobre o ISEB – com a importante exceção de Luiz Carlos Bresser-Pereira... – têm sido empreendidos por uma nova geração de intelectuais geralmente com teses de doutoramento, aos quais escapa... um suficiente entendimento das condições brasileiras de fins da década de 1940 a princípios de 1960. Estes críticos são conduzidos, sem se dar conta, a uma polêmica geracional condicionada pela postura de jovem acadêmico..." Quando Jaguaribe fala em 'polêmica geracional' ele está sugerindo que os principais intelectuais da escola de sociologia de São Paulo eram de uma geração posterior à dos intelectuais do ISEB.

[22] Ver, por exemplo, a avaliação geral que Cardoso (1980[1977]) faz da CEPAL. A atitude é antes de apoio do que de crítica. Ou então, em outro trabalho (1980[1972]: 65), sua afirmação de que "os estudos sobre a dependência constituíram uma espécie de autocrítica dinamizada pelo ardor dos que, sem jamais ter passado pela escola cepalina, souberam, entretanto, criticá-la *sine ira ac studio*".

desenvolvimento, e uma análise sociológica de como alcançá-lo no plano político. Depois, foi o declínio.

Teoria da dependência

Na história intelectual da América Latina, um dos temas tratados de forma mais confusa e imprecisa é o da teoria da dependência. A maioria dos que a discutem simplesmente a confundem com a teoria do imperialismo, quando ela é uma crítica dessa teoria, especialmente quando ela supõe a possibilidade de uma revolução nacional nos países periféricos com a participação ativa das diversas elites nacionais, a começar pela burguesia nacional. Surgindo depois dos golpes militares, e da associação da burguesia aos militares e aos Estados Unidos que viabilizará esses golpes, a teoria da dependência constituía-se, essencialmente, em uma crítica à forma dependente do capitalismo se manifestar na América Latina. Não negava a exploração da periferia pelo centro desenvolvido, mas acentuava que essa exploração não podia ser atribuída apenas aos dominadores: as elites dos países dominados, revelando sua dependência ou sua subordinação em relação às elites centrais, associavam-se a elas. Desta forma, enquanto a teoria do imperialismo, especialmente na versão que o ISEB defendeu no Brasil, supunha a possibilidade de uma burguesia nacional e lhe atribuía um papel fundamental na afirmação das nações em desenvolvimento, a teoria da dependência caracterizava-se pela negação da possibilidade de existência dessa burguesia. A expressão 'dependência', na periferia, é a contrapartida da palavra 'imperialismo', no centro. Muitos, por isso, são levados a crer que as duas teorias são equivalentes. Na verdade, a teoria da dependência só existe, só constituiu uma novidade, porque se opôs à teoria do imperialismo de duas maneiras. Primeiro, afirmando que a causa do atraso dos países subdesenvolvidos não está apenas na exploração do centro imperial, mas, também, senão principalmente, na incapacidade das elites locais, especificamente da burguesia, de serem nacionais, ou seja, de pensarem e agirem em termos dos interesses nacionais, não se podendo falar em uma revolução nacional burguesa. Enquanto a interpretação nacional-desenvolvimentista pressupunha que estava surgindo uma burguesia industrial e nacional, em conflito com as velhas elites latino-americanas, em parte feudais ou patriarcais, em parte mercantis, Gunder Frank negava radicalmente essa hipótese. Afirmava que a interpretação nacional-desenvolvimentista era uma versão da teoria de modernização adotada por sociólogos conservadores, principalmente americanos. Na verdade, a maioria dos adeptos da teoria da dependência afirma que os países da América Latina haviam sido sempre burgueses, mas, seguindo Caio Prado Jr. nesse ponto, afirmam que sua burguesia sempre fora, desde o início da colonização portuguesa ou espanhola, uma

burguesia mercantil, dependente do centro, incapaz de realizar uma revolução nacional. Em segundo lugar, a teoria da dependência, na sua versão associada e também na nacional-dependente (não na da super-exploração capitalista), afirmava que a teoria do imperialismo equivocava-se ao afirmar que o centro seria contrário à industrialização. Tanto não era assim que as empresas multinacionais estavam, desde os anos 50, investindo em plantas industriais na região. As empresas multinacionais e o capital financeiro internacional não impedem, mas condicionam perversamente o desenvolvimento econômico. Condicionam promovendo a concentração de renda da classe média para cima e estimulando o autoritarismo. Na versão da dependência associada da teoria da dependência se dá um passo além, e se afirma que essa participação das empresas multinacionais no desenvolvimento, trazendo sua poupança externa, e dos empréstimos internacionais, também envolvendo poupança externa, será condição para o desenvolvimento da América Latina. Em síntese, a teoria da dependência define-se de forma distinta da teoria do imperialismo por atribuir a responsabilidade do subdesenvolvimento mais às elites locais dependentes, incapazes de serem nacionais, e menos (em diversas medidas) à capacidade do centro imperial de criar obstáculos ao desenvolvimento da periferia. Finalmente, para ficar clara a distinção entre a teoria da dependência e a teoria do imperialismo, é preciso assinalar que a primeira, ao contrário da segunda, é uma teoria originalmente marxista.[23] Por isso, a teoria da dependência dá mais ênfase à exploração de classes do que à exploração de nações. Cardoso (1980[1976]: 97) é claro e insistente nesse ponto. Para ele, a característica essencial da teoria da dependência não é a de estudar as relações entre as nações, embora estas não possam ser esquecidas, mas é a de fazer a análise das classes sociais no capitalismo dependente: "o que interessava era o 'movimento', as lutas de classe, as redefinições de interesses, as alianças que ao mesmo tempo em que mantêm as estruturas abrem perspectivas para sua transformação". Não é surpreendente, portanto, que essa teoria tenha tido tanta repercussão nos Estados Unidos, cujos intelectuais viram nela algo de novo e de atrativo.

Uma das origens da teoria da dependência foi a crítica aos trabalhos de Celso Furtado da segunda metade dos anos 60. Em uma linha consistente com as idéias da CEPAL, afirmou ele então que América Latina caminhava para a estagnação devido à utilização de uma tecnologia trabalho-intensiva e à concentração de renda que ela provocava. A crítica dessa visão será esboçada no livro de Cardoso e Falleto, que é o texto básico da teoria da dependência associada, e realizada por dois trabalhos

---

[23] A teoria do imperialismo foi inicialmente desenvolvida por Hobson, que não era marxista. Foi mais tarde adotada por Lênin. Já a teoria da dependencia, tanto na versão da super-exploração capitalista quanto na da dependência associada, tem clara origem marxista. Cardoso (1980[1972]) é enfático nesse ponto: "A idéia da dependência se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo".

econômicos "Dividir ou Multiplicar: A Distribuição da Renda e a Recuperação da Economia Brasileira" (Bresser-Pereira, 1970), e "Além da Estagnação" (Conceição Tavares e José Serra, 1971). Esses trabalhos estão na base da visão econômica da teoria da dependência,[24] embora se deva assinalar que André Gunder Frank foi seu fundador e principal formulador, particularmente da versão da superexploração capitalista.[25]

Na teoria da dependência estão presentes três versões: a teoria original, marxista, a teoria da dependência associada, e a teoria que denominarei de nacional-dependente. A primeira interpretação adotou um raciocínio linear, muito próprio de um marxismo que se pretendia ortodoxo. Dada a impossibilidade da existência de uma burguesia nacional, não restaria alternativa para os trabalhadores, ou para as esquerdas, senão trabalhar pela revolução socialista. Era, portanto, uma teoria próxima da do imperialismo, porque admitia claramente a existência do mesmo, mas radicalmente uma teoria crítica da versão nacional-desenvolvimentista da teoria imperialista porque negava qualquer possibilidade de reação nacional nos quadros do capitalismo, sob a liderança de uma burguesia industrial nacional. Esta versão tem como principal base teórica os trabalhos já referidos de Gunder Frank, para quem a América Latina sempre foi capitalista, mas capitalista mercantil, e não estava realizando no século vinte sua revolução nacional burguesa. A colonização européia teria sido puramente mercantil e, portanto, essencialmente capitalista, implantando na região um modelo capitalista exportador de produtos primários. Dessa forma, capitalismo e imperialismo seriam as causas básicas do subdesenvolvimento, tanto assim que as zonas mais subdesenvolvidas do continente foram aquelas que tiveram um grande auge exportador mercantil. Na mesma linha, Ruy Mauro Marini desenvolve a "teoria da superexploração". Marini reconhece que durante um certo período houve interesses comuns entre a burguesia e o proletariado, tendo isto "conduzido a vanguarda pequeno-burguesa ao reformismo e à política de colaboração de classes",[26] mas "o pronunciamento militar de 1964 assestou um golpe modal na corrente reformista". A interpretação nacional-burguesa, portanto, é identificada com o reformismo, embora se admita que ela tenha tido certa validade durante algum tempo. O reformismo

---

[24] Bresser-Pereira, 1970; Maria da Conceição Tavares e José Serra (1972[1971]). Além desse *paper* e da análise dos fatos históricos novos em trabalhos já citados (1963, 1968), minha contribuição original para a teoria da dependência estará presente em "O Novo Modelo de Desenvolvimento" (1973) e em *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977).

[25] Gunder Frank é um economista marxista belga que teve profundo contato com a América Latina. Seus principais trabalhos são um artigo clássico, "Desenvolvimento do Subdesenvolvimento", de 1966, e em uma série de livros, a partir de *Capitalism and Underdevelopment in Latin América* (1969)

[26] Ruy Mauro Marini, *Subdesarrollo Revolución,* México, Siglo XXI, 1969, p. 151.

fracassou porque o desenvolvimento do Brasil estaria baseado essencialmente na superexploração dos trabalhadores, definida pelo fato de que os trabalhadores recebem um salário inferior ao nível de subsistência, além de terem sua jornada de trabalho e a intensidade de seu trabalho aumentadas. Esta superexploração seria uma tendência normal nos países capitalistas, que se acentuaria nos países dependentes ou periféricos, já que estão submetidos ao imperialismo dos países capitalistas centrais, que lhes extrai parte da mais-valia, através da troca desigual de mercadorias no mercado internacional. Na mesma linha de pensamento, Theotônio dos Santos deixa muito claro, inclusive no título de um de seus livros, que a alternativa para o Brasil e a América Latina é o socialismo ou o fascismo.[27] Sua análise não se limita apenas a este aspecto e, como no caso de Ruy Mauro Marini, constitui-se em uma importante contribuição crítica radical ao modelo latino-americano e brasileiro, subdesenvolvido, dependente e autoritário. No plano da dependência, Theotônio dos Santos identifica três formas históricas: (1) a dependência colonial, comercial-exportadora, (2) a dependência financeiro-industrial, que se consolida no final do século dezenove, e (3) a dependência tecnológico-industrial do período do pós-guerra, exercida através das empresas multinacionais.[28] Este último tipo de dependência dá origem a um tipo de desenvolvimento "desigual e combinado", na medida em que o subdesenvolvimento é caracterizado por desigualdades profundas, relacionadas com a superexploração da mão-de-obra.

A versão da dependência associada deriva diretamente da escola de sociologia de São Paulo, e é originalmente também de base marxista. Sua análise é, de um lado, uma reação aos golpes militares no Cone Sul a partir de 1964, e, de outro, uma reflexão sobre o 'milagre econômico' que começa no Brasil em 1968. Os pesados investimentos na indústria promoviam, então, mais uma etapa da industrialização por substituição de importações, ao mesmo tempo que pareciam causadores de um novo pacto político que agora unia a tecnoburocracia do Estado com os empresários industriais e as empresas multinacionais , e dele excluía radicalmente os trabalhadores. Em conseqüência, o novo modelo de desenvolvimento que se delineia a partir de meados dos anos 60, o modelo de desenvolvimento dependente e associado, era, no plano político, autoritário, e no econômico, concentrador de renda. Essas circunstâncias serviram de base para a teoria da dependência associada, cujo trabalho fundador é o ensaio que Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto publicam em 1969 no Chile, *Dependência e*

---

[27] Theotônio dos Santos, *El Nuevo Caracter de la Dependencia,* Santiago Centro de Estudios Socio-Económicos da Universidade do Chile (CESO), 1967; *Dependencia y Cambio Social,* Santiago, Centro de Estudios Socio-Económicos da Universidade do Chile (CESO), 1970; *Socialismo o Facismo — el Nuevo Caracter de la Dependencia y el Dilema Latinoamericano,* Buenos Aires, Ediciones Periferia, 1973.

[28] Theotônio dos *Santos, Dependencia y Cambio ...,* op. cit., p. 55.

Desenvolvimento da América Latina.[29] . Esse livro, seguido por uma série de outros escritos pelo primeiro autor, são de grande riqueza e permitem muitas leituras. Durante muito tempo eu não vi com clareza a distinção entre essa versão e a minha própria da teoria da dependência, que denomino 'nacional-dependente'. Hoje, a leitura que me parece adequada da dependência associada pode ser resumida – com todos os riscos dos resumos – em uma idéia simples: já que os países latino-americanos não podem contar com uma burguesia nacional, não lhes resta outra alternativa senão se associarem ao sistema dominante, e aproveitar as frestas que esse oferece para que a América Latina se desenvolva. Dessa forma, a teoria da dependência associada compartilhava com a teoria da super-exploração capitalista o pressuposto da impossibilidade de uma burguesia, ou, mais amplamente, de elites nacionais, mas dava muito mais ênfase à possibilidade do desenvolvimento nos quadros da dependência. Inclusive porque, argumentavam seus defensores, uma condição necessária do desenvolvimento desses países seria o influxo de poupança externa, já que as oportunidades de desenvolvimento autônomo via substituição de importações haviam se esgotado. Essa colaboração já estava ocorrendo, desde os anos 50, quando as empresas multinacionais começam a investir na indústria latino-americana. Desmentia-se, assim, a crítica da teoria do imperialismo que as potências imperialistas se opunham a industrialização dos países em desenvolvimento. Valendo-se de sua notável competência para a análise sociológica e política, Cardoso mostrou melhor do que ninguém como as classes sociais se digladiavam e se entrelaçavam no processo de disputa do poder nos quadros de uma relação da dependência, mas foi longe demais na tese da impossibilidade de existência de elites nacionais, e não tinha base teórica ou empírica para sua tese da poupança externa como condição do desenvolvimento dos países periféricos.[30]

A versão do desenvolvimento nacional-dependente, embora tenha diversos pontos em comum com a da dependência associada, distingue-se dela por negar a premissa principal: a impossibilidade de existir uma burguesia nacional, ou, mais amplamente, de elites nacionais. Concorda com a crítica à teoria do imperialismo que responsabiliza todo o subdesenvolvimento aos dominantes externos, reconhecendo que internamente as elites tendem a ser alienadas e cosmopolitas, e, portanto, co-responsáveis. Mas dá uma ênfase ao caráter contraditório dos interesses dos países ricos e dos países de desenvolvimento médio como o Brasil. Na expressão 'nacional-dependente' está contido um oxímoro,

---

[29] Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina,* Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

[30] Os países asiáticos, que, com freqüência, desenvolveram-se com despoupança externa (superávits em conta corrente) mostraram claramente o equívoco dessa condição para o desenvolvimento.

já que os dois termos, 'nacional' e 'dependente', ligados propositadamente por um hífen, são opostos. A burguesia ou o empresariado nacional e a própria burocracia do Estado vivem um processo de permanente contradição entre sua tendência a se identificar com a formação do Estado nacional e a tentação de se aliar ao capitalismo dos países centrais. No século dezenove, as burguesias européias e a americana eram nacionais, opondo-se ao cosmopolitismo socialista. Por isso, seu desenvolvimento podia ser nacional sem ser dependente. Já na segunda metade do século vinte, diante da ameaça comunista, a aproximação das burguesias locais ao capitalismo internacional tornou-se naturalmente mais forte. Entretanto, a partir desse fato, não se poderia concluir que estava descartada a hipótese da construção de uma Nação no Brasil e nos demais países em desenvolvimento, como fez a grande maioria dos intelectuais de esquerda brasileiros e latino-americanos a partir de 1964, ressentidos pelos golpes militares, e fascinados pela teoria – atrativa porque de esquerda – da dependência associada. Uma esquerda muito relativa, é verdade, já que se associava aos dominadores externos, ao invés de procurar definir com autonomia seu próprio caminho. Esse caráter de associação não estava, porém, muito claro, embora a expressão tenha sido usada expressamente por Cardoso em seus trabalhos, e tenha constituído parte do título de um deles.[31]

Para as três vertentes da teoria da dependência, a tendência das elites locais a se associarem ao imperialismo estava presente, mas enquanto, no caso da versão da super-exploração imperialista, o desenvolvimento é impossível, e, na vertente da dependência associada, só é possível de forma subordinada ou associada,[32] na perspectiva nacional-dependente o desenvolvimento é possível porque existe sempre a possibilidade de os empresários e os intelectuais voltarem a se associar aos trabalhadores e aos técnicos do governo em torno de questões e de uma estratégia nacional. As pressões ideológicas internacionais que promovem sua alienação são poderosas. Em certos casos, como no tempo da Guerra Fria, além dessas pressões havia uma solidariedade capitalista básica diante da ameaça do estatismo soviético, mas, em compensação, existia uma identificação real dos interesses de empresários e das classes médias profissionais, particularmente as situadas no aparelho do Estado, com o mercado nacional e com a própria idéia de Nação. Assim, há uma ambigüidade essencial não apenas

---

[31] Fernando Henrique Cardoso, "O Modelo Político Brasileiro" (1972). Esse trabalho foi apresentado no ano anterior na Universidade de Yale com o título "Associated Dependent Development: Theoretical and Practical Implications".

[32] Conforme observa Niemeyer Almeida Filho (2004: 4, 8), "Cardoso e Faletto definem a dependência como uma situação em que a acumulação e a expansão do capital não podem encontrar os seus componentes essenciais dentro do sistema". Mais do que isto, essa visão, nesse caso semelhante à da

na burguesia, mas em todas as elites nacionais. Elas são ao mesmo tempo nacionais e alienadas, comprometidas com uma idéia de nação e cosmopolitas. Eu próprio me inscrevo nesta terceira versão da teoria da dependência, que é a mais próxima da teoria nacional-desenvolvimentista. Que, em grande parte, nasce de uma auto-crítica, ao invés de sua simples substituição por outra. A análise dos fatos históricos novos dos anos 50, que inviabilizaram o acordo nacional liderado por Vargas em torno da industrialização, está na base dessa auto-crítica, que é uma crítica interna e parcial da teoria do ISEB e da CEPAL. Estou longe, porém, de estar sozinho nesta linha de pensamento. Seu principal representante foi Celso Furtado, que também compreendeu com clareza que a crise dos anos 60 exigia novas interpretações do Brasil, mas não justificava abandonar a crítica do imperialismo da forma como foi feito. Para ele, porém, a teoria da dependência só fazia sentido no quadro do imperialismo. De um modo geral, os autores que deram contribuições originais para a interpretação nacional-desenvolvimentista inscrevem-se na versão nacional-dependente da teoria da dependência.

O ISEB e a CEPAL preocuparam-se pouco com o problema da democracia. Foi só no início dos anos 70 que, diante dos regimes militares, os intelectuais latino-americanos passaram a se preocupar com o problema de forma central. A explicação do autoritarismo latino-americano que teve maior repercussão na América Latina foi essencialmente formulada por Guillermo O'Donnell. Dado o apoio que os regimes militares recebiam dos Estados Unidos, dominação externa e autoritarismo estavam naquele momento claramente ligados. Da mesma forma que Cardoso então afirmava, já naquela época, que a poupança externa era necessária para o desenvolvimento da região, Guillermo O'Donnell sugeriu a tese de que o autoritarismo era inerente ao 'aprofundamento do processo de acumulação', ou seja, a adoção de tecnologias capital-intensivas nas indústrias de base e de bens de capital que então ocorria.[33] Essas teses, ligadas à teoria da dependência associada, embora equivocadas, tiveram grande repercussão na América Latina e nos Estados Unidos. Já para teoria nacional-dependente, que eu também chamei de teoria da nova dependência, concentração de renda e autoritarismo eram conseqüência do colapso do pacto nacional-popular dos anos 50, do vácuo político decorrente, e da capacidade dos militares de formularem um pacto político autoritário-modernizante pós-1964, mas não se atribuía ao autoritarismo decorrente qualquer caráter 'necessário'. O autoritarismo não decorria de condicionamento estrutural, como aqueles autores supunham, mas de uma conjugação de forças

---

teoria radical da dependência, vê a "dependência como uma qualidade imutável de algumas economias".

[33] O'Donnell, *Modernization and Bureaucratic Authoritarianism: Studies in South American Politics* (1973).

políticas que era então dominante. Por isso, quando, em 1977, percebi que o pacto político autoritário-modernizante estava entrando em colapso, não tive dúvida em formular minha teoria da transição democrática brasileira baseada na ruptura da aliança da burguesia com a tecnoburocracia militar.[34] De fato, em 1977, reagindo ao conjunto de medidas autoritárias do presidente Geisel, que ficaram com o nome de 'pacote de abril', a burguesia brasileira começa a romper sua aliança com os militares, e se forma um novo pacto político nacional popular-democrático, reunindo burguesia nacional, trabalhadores, intelectuais de esquerda, e classes médias na luta pela redemocratização, e, num segundo momento, pela retomada do desenvolvimento. O pacto, que no plano econômico pretendia ser fiel às idéias nacional-desenvolvimentistas, será bem sucedido em completar a transição democrática (1984-85), mas entra em colapso em seguida com o fracasso do Plano Cruzado, de 1986, originado no populismo econômico do governo Sarney.[35] Finalmente, enquanto na teoria nacional-dependente a herança de Vargas é vista de forma positiva, na medida que foi ele o líder político da industrialização ou do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, para a visão da dependência associada Vargas tendeu antes a ser rejeitado: a preocupação foi a de salientar as deficiências de seus dois governos.

Em síntese, as três vertentes da teoria da dependência, além de se diferenciarem em relação à possibilidade de que as elites nacionais venham superar sua alienação, distinguem-se também em relação às duas clivagens ideológicas fundamentais que têm caracterizado o mundo moderno: a esquerda versus a direita, e o nacionalismo versus o cosmopolitismo. A interpretação da superexploração capitalista é radicalmente de esquerda e relativamente cosmopolita: faz a denúncia do imperialismo, mas nega a possibilidade da nação ao negar a possibilidade de um acordo nacional entre as classes para constituí-la. Já a interpretação da dependência associada é moderadamente de esquerda, e claramente cosmopolita. A interpretação da nacional-dependente, finalmente, é moderadamente de esquerda e claramente nacionalista: apesar de reconhecer sua ambigüidade, considera a possibilidade da existência de elites nacionais. Por outro lado, parte do pressuposto de que o desenvolvimento só é possível a partir de uma estratégia nacional: os países hoje desenvolvidos alcançaram esse estágio porque tiveram e ainda têm um claro conceito de Nação, e porque seus cidadãos não têm dúvida quanto ao dever do governo de defender o trabalho e o capital nacionais.

---

[34] Refiro-me aos meus livros *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978) e *Pactos Políticos* (1985).

[35] Fiz a análise do fracasso do Plano Cruzado, embora esse plano estivesse baseado na teoria da inflação inercial, principalmente no *paper* com Yoshiaki Nakano, "Inflação Inercial e Choque Heterodoxo no Brasil" (1986). A crise que se desencadeia a partir de então está analisada nos ensaios que formam o livro *A Crise do Estado* (1992). A análise geral do período está na quinta edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (2003).

Conclusão

Em síntese, nos anos 50, a CEPAL, mais no plano econômico, e o ISEB, mais no plano político, mas ambos os grupos de intelectuais com um amplo espaço de intersecção de suas idéias, fizeram a crítica do imperialismo de então, e desenvolveram a estratégia e a ideologia nacional-desenvolvimentista. Para o ISEB o desenvolvimento é um processo histórico que implica revolução capitalista, através da industrialização, e revolução nacional, que torna o país capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. Nela, o pressuposto da existência de uma burguesia nacional era chave para que pudesse haver um princípio de solidariedade, unindo as classes em torno da idéia de nação, sem prejuízo dos conflitos que naturalmente se travam entre elas. Entretanto, a partir da revolução de Cuba de 1959, da primeira grande crise econômica do modelo de substituição de importações que se desencadeia em 1960, e da crise política caracterizada pela radicalização ideológica, que vão resultar em golpes militares no Brasil (1964), Argentina (1967), Uruguai (1968), e Chile (1973), o modelo nacional-desenvolvimentista passa a ser objeto de crise dentro da própria esquerda. Já no início dos anos 60, a escola de sociologia de São Paulo, que se forma na Universidade de São Paulo, começa a fazer a crítica das idéias do ISEB, e a negar a possibilidade de existência de elites nacionais. No final da década, surge a teoria da dependência, que se distingue da do imperialismo porque responsabiliza também as elites locais alienadas de não defenderem os interesses nacionais. Essa teoria terá três versões: a da super-exploração capitalista, a da dependência associada, e a da nova dependência ou nacional-dependente. Só a última admite a possibilidade da existência de elites nacionais, inclusive uma burguesia nacional, embora admitindo que elas sejam ambíguas e contraditórias, dado o peso da hegemonia ideológica americana.

Referências

Abreu, Alzira Alves (1975) *Nationalisme et Action Politique au Brésil: Une Étude sur l'ISEB.* Paris: Tese de Doutoramento para a Universidade René Descartes – Paris V, 1975.

Almeida Filho, Niemeyer (2004) "O Debate Atual sobre a Dependência". Trabalho apresentado ao IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, 8 a 11 de junho de 2004.

Bianchi, Andrés et al. (1969) *América Latina: Ensayos de Interpretación Económica.* Santiago do Chile: Editorial Universitária.

Bielschowsky, Ricardo, org. (2000) *Cinqüenta Anos de Pensamento da CEPAL.* Rio de Janeiro: Editora Record, CEPAL e Conselho Federal de Economia.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1960) Carta a Luiz Antônio de Almeida Eça sobre o colapso do pacto político de Getúlio Vargas e o sentido das eleições de 1960. Dezembro, 1960. Disponível em www.bresserpereira.org.br.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1963) "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira". *Revista de Administração de Empresas* 2(8) julho 1963:11-27.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1968) *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1967*, primeira edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1970) "Dividir ou Multiplicar? A Distribuição da Renda e a Recuperação da Economia Brasileira". *Visão*, 21 de novembro, 1970. Republicado em *Reforma Agrária,* boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, fevereiro 1971. Incluído, com o mesmo título, em *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, a partir da terceira edição (São Paulo, Editora Brasiliense, 1972: 211-221).

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1973) "O Novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento". *Dados,* n°.11, 1973**:** 122-145.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1977) *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado.* São Paulo: Editora Brasiliense.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1978) *O Colapso de uma Aliança de Classes*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1982) "Seis Interpretações sobre o Brasil". *Dados* 25(3), sem mês, 1982: 269-306.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1985) *Pactos Políticos: Do Populismo à Redemocratização.* São Paulo: Editora Brasiliense.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1992) *A Crise do Estado*. São Paulo: Editora Nobel.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2003) *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-2003*, quinta edição. São Paulo: Editora 34.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2004) "O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Rediscutido". *Dados – Revista de Ciências Sociais* 47 (1), 2004: 49-84.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (1986) "Inflação Inercial e Choque Heterodoxo no Brasil". In José Márcio Rego, org. *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986:123-148.

Cardoso, Fernando H. e Enzo Faletto (1970[1969]) *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Originalmente publicado em espanhol, 1969.

Cardoso, Fernando Henrique (1962) *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Cardoso, Fernando Henrique (1964) *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico.* São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Cardoso, Fernando Henrique (1972) "O Modelo Político Brasileiro". *In* F.H. Cardoso (1972) *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Trabalho apresentado na Universidade de Yale, abril 1971 com o título "Associated Dependent Development: Theoretical and Practical Implications".

Cardoso, Fernando Henrique (1980) *As Idéias e Seu Lugar*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Cardoso, Fernando Henrique (1980[1972]) "A Dependência Revisitada". *In* Fernando Henrique Cardoso (1980): 57-88. Trabalho originalmente publicado em 1972.

Cardoso, Fernando Henrique (1980[1977]) "O Consumo da Teoria da Dependência nos Estados Unidos". *In* Fernando Henrique Cardoso (1980): 89-108. Trabalho originalmente publicado em 1977.

Cardoso, Fernando Henrique (1980[1977a]) "Originalidade da Cópia: a CEPAL e a Idéia de Desenvolvimento". *In* Fernando Henrique Cardoso (1980): 17-56. Trabalho originalmente publicado em 1977.

CEPAL (1949) *Estudio Económico para América Latina, 1949.* Santiago do Chile: Comissão Econômica para América Latina.

Chang, Ha-Joon (2004[2002]) *Chutando a Escada*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

Côrtes, Norma (2003) *Esperança e Democracia: As Idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

Falcão, Joaquim e Rosa Maria Barboza de Araújo, orgs. (2001) *O Imperador das Idéias.* Rio de Janeiro: Topbooks.

Falcão, Joaquim (2001) "A Luta pelo Trono: Gilberto Freyre *versus* a USP". *In* Joaquim Falcão e Rosa Maria Barboza de Araújo, orgs. (2001): 131-167.

Fernandes, Florestan (1965) *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus Editora.

Franco, Maria Sylvia Carvalho (1978) "O Tempo das Ilusões" em Marilena Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco, *Ideologia e Mobilização Popular*. São Paulo: CEDEC. Editora Paz e Terra.

Frank, André Gunder (1966) "Desenvolvimento do Subdesenvolvimento". *In* Luiz Pereira, org. *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. (publicado originalmente em Monthly Review, vol. 18, no. 5, setembro de 1966.

Frank, André Gunder (1969) *Capitalism and Development in Latin America*, New York, Monthly Review Press.

Gellner, Ernest (1983) *Nations and Nationalism.* Ithaca: Cornell University Press. Jacoby, Russell (1987) *Os Últimos Intelectuais.* São Paulo: Trajetória Editorial e Edusp, 1990. Originalmente publicado em inglês, em 1987.

Jaguaribe, Hélio (1979) "ISEB: Um Breve Depoimento e uma Reapreciação Crítica". *Cadernos de Opinião*, n.14, outubro 1979: 94-110.

List, Friedrich (1999[1846]) *National System of Political Economy.* Roseville, CA: Dry Bones Press. Edição original alemã, 1846.

Marini, Ruy Mauro (1969) *Subdesarrollo y Revolución.* México: Siglo XXI.

O'Donnell, Guillermo (1973) *Modernization and Bureaucratic Authoritarianism: Studies in South American Politics.* Berkeley: Institute of International Studies of the University of California, Berkeley, Modernization Series n.9. Oliveira, Francisco de (1972) "Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". *Estudos Cebrap* n°.2, outubro de 1972: 3-82.

Prado Jr., Caio (1966) *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Prebisch, Raúl (1949) "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas". *Revista Brasileira de Economia* 3(3) setembro 1949: 47-111.

Rodrigues, Octavio (1981) *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.

Rodrigues, Octavio (2005) *El Estructuralismo Latinoamericano.* Cópia, janeiro 2005.

Santos, Theotônio dos (1967) *El Nuevo Caracter de la Dependencia.* Santiago: Universidad del Chile, Centro de Estudios Económicos.

Santos, Theotônio dos (1970) - *Dependencia y Cambio Social*, Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos da Universidade do Chile, Cadernos de Estudos Sócio-Económicos n°.11.

Santos, Theotonio dos (1973) *Socialismo e Facismo - el Nuevo Caracter de Dependencia y el Dilema Latinoamericano*, Buenos Aires: Ediciones Periferia.

Sunkel, Oswaldo (1969[1967]) "Política Nacional de Desarrollo y Dependencia Externa". *In* Andrés Bianchi et al. (1969): 245-278.

Tavares, Maria da Conceição e José Serra (1972[1971]) "Além da Estagnação". *In* Maria da Conceição Tavares (1972) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar. Publicado originalmente em espanhol em 1971.

Toledo, Caio Navarro de (1977[1974]) *ISEB: Fábrica de Ideologias.* São Paulo: Editora Ática, 1977. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1974.

Viotti da Costa, Emília (1978) "A Revolução Burguesa no Brasil". *Encontros com a Civilização Brasileira* n°.4 outubro 1978: 176-185.